

A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos

Suhayla Mohamed Khalil Viana

*Mestranda em Relações e Negociações Internacionais
FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina
E-mail:skhalil@iuperj.br*

RESUMO: O presente trabalho se propõe a traçar um panorama geral sobre a posição brasileira diante da independência angolana, enfatizando seus antecedentes e desdobramentos. Iniciaremos com um breve histórico do relacionamento entre o Brasil e o continente africano de forma a enfatizar especialmente a participação brasileira em relação a Angola, desde suas raízes, ainda no período escravista brasileiro, até os dias atuais. Na sequência, abordaremos os temas mais relevantes relativamente ao processo de independência angolano, enfatizando seus principais atores políticos e o papel determinante que o contexto de Guerra Fria exerceu sobre os conflitos que levaram à independência daquele país. Teceremos ainda um breve relato sobre a atuação da diplomacia brasileira na questão da independência angolana, demonstrando a mudança de ponto de vista do Brasil em relação à África. Por último, trataremos das relações entre os dois países após o reconhecimento da independência de Angola pelo Governo brasileiro e as implicações desse reconhecimento no relacionamento do Brasil com o resto do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Independência angolana; Política externa brasileira.

RESUMEN: Ese trabajo se propone a establecer el panorama general respecto a la posición adoptada por el Gobierno brasileño delante de la independencia angolana, con énfasis en los antecedentes y en sus consecuencias. Empezaremos con un breve histórico del relacionamiento entre Brasil y el continente africano, principalmente en lo que dice respecto a la relación Brasil-Angola, desde sus raíces, aún en el período esclavista brasileño, hasta los días actuales. En seguida, trataremos de los temas más relevantes respecto al proceso de independencia angolano, priorizando los principales actores políticos y el papel determinante que el contexto de la Guerra Fría jugó sobre los conflictos que llevaron a la independencia de Angola. Trataremos aún de la actuación diplomática brasileña en la cuestión de la independencia angolana, en que queda clara el cambio de la posición de Brasil respecto a África. Por último, trataremos de las relaciones entre los dos países después del reconocimiento de la independencia de Angola por el Gobierno brasileño y las consecuencias de ese reconocimiento en el relacionamiento de Brasil con el resto del mundo.

PALABRAS CLAVE: Independencia angolana; Política exterior brasileña.

1. Introdução

As raízes da relação entre Brasil e Angola remontam aos séculos XV e XVI, quando teve início o comércio atlântico de escravos provenientes da África Subsaariana¹, ainda na constituição do colonialismo brasileiro. No entanto, muito mais do que uma simples relação comercial, a história nos mostra que houve, e ainda permanece, um intenso intercâmbio cultural. Aliás, de outra forma não poderia ser, uma vez que por volta de quatro milhões de africanos foram trazidos para essa terra e, por meio de seus descendentes, transformaram o Brasil no segundo país do mundo em população negra, sendo superado apenas pela Nigéria.²

Com a ocupação de Luanda pelos holandeses em 1641, teve início uma nova fase nas relações entre Brasil e Angola. Foi realizado um recrutamento de tropas no Rio de Janeiro, de onde partiu a armada que retomaria Luanda ao domínio português em 1648. De acordo com o Professor José Maria Nunes Pereira:

“A reconquista de Luanda, e sua área de influência, salvou o império africano de Portugal, no dizer do historiador Charles Boxer. Ela inaugurou o que é informalmente chamado na história de Angola de “período brasileiro”. Esta colônia passa a depender muito mais do Brasil do que de Portugal”.³

Não obstante, as implicações dessa nova etapa “brasileira” vão mais além do âmbito das relações Brasil-Angola. A região de Congo-Angola passa, assim, a assumir o papel de principal fornecedora de escravos para o Brasil no início do séc. XVII, substituindo o Golfo da Guiné. Dessa forma, o restante da costa ocidental africana, sob o jugo português, se torna subordinada aos interesses escravocratas do Brasil, responsável pela indicação de seus governadores e altos funcionários. Do Brasil também saíam os principais produtos para a manutenção do tráfico, como o tabaco e a cachaça.⁴

¹ A África Subsaariana corresponde à região do continente africano situada ao Sul do Deserto do Saara. Está composta por 47 países: África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

² PEREIRA, José Maria Nunes. *Relações Regionais: o Brasil e a África*. In: História das Relações Internacionais do Brasil. CEBRI.

³ PEREIRA, José Maria Nunes. *Relações Regionais: o Brasil e a África*. In: História das Relações Internacionais do Brasil. CEBRI.

⁴ PEREIRA, José Maria Nunes. *Relações Regionais: o Brasil e a África*. In: História das Relações Internacionais do Brasil. CEBRI.

Pressões internas e externas, nesse último caso vindas principalmente da Inglaterra, levaram paulatinamente ao fim do período escravista e à assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, por meio da qual se extinguiu a escravidão no Brasil. Percebe-se aí um afastamento do Brasil em relação à África.

Apesar do grande número de descendentes de africanos inseridos na população brasileira, os objetivos nacionais se voltaram para outras áreas do globo. Durante muito tempo buscou-se mesmo uma política de branqueamento racial no Brasil, baseada em estereótipos de inferioridade e superioridade racial, e um afastamento determinante das raízes africanas de nosso povo. A primeira metade do século XX veio confirmar essa política através da priorização em nossa política externa das relações com os Estados Unidos, Europa e América Latina, enquanto, nesse mesmo período, o continente africano estava sob o domínio colonial e europeu.

Uma nova fase nas relações entre Brasil e África se iniciou com os movimentos de descolonização africanos, especialmente no que diz respeito ao relacionamento Brasil -Angola. Após longo período de apoio aos interesses portugueses nesse continente, o Brasil, influenciado pelas determinações da nova Política Externa Independente (PEI), muda sua posição em relação à questão e termina por ser o primeiro país a reconhecer a independência angolana.

2. Panorama político para o reconhecimento da independência angolana

O panorama político que antecedeu a proclamação da independência de Angola estava composto pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em ascensão no início da década de 70; pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); pela União Nacional pela Independência de Angola (UNITA); e por um quarto movimento denominado Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Cada um desses movimentos era apoiado por um ator político diverso e, geralmente, de ideologias opostas. O MPLA tinha seu líder em Agostinho Neto e recebeu ajuda militar e financeira da União Soviética. O FNLA era liderado por Holden Roberto e contava com o apoio norte-americano e do Zaire. A UNITA, por sua vez, surgiu de uma dissidência da FNLA durante a década de 60 e se conectava à África do Sul. Por último, a FLEC era apoiada pelo Gabão e por Uganda.

Após a Revolução dos Cravos, em Portugal, foi firmado o Acordo de Alvor, em 15 de janeiro de 1975, cujo objetivo era organizar a transição política entre o novo governo português e os representantes dos três movimentos principais, MPLA, FNLA e UNITA. A data acordada para a

independência foi a de 11 de novembro de 1975. Não obstante, a convivência entre esses três movimentos não se mostrou pacífica e vários conflitos eclodiram nos meses que antecederam o dia marcado para a independência.

O clima se tornou ainda mais tenso com a chegada de tropas cubanas ao país, em outubro de 1975, um mês antes da independência. Após meses de lutas, no dia da independência, o MPLA estabeleceu um governo independente unilateral, ou seja, sem a participação dos demais movimentos.⁵ Visualizava-se em Angola um claro conflito ideológico que retratava a atmosfera vivida durante a Guerra Fria. A MPLA, no poder, apoiada pelos soviéticos, de um lado, e a FNLA, financiada pelos norte-americanos, do outro, sempre manifestando feroz oposição ao governo do Presidente Agostinho Neto.

3. A posição brasileira na questão da independência angolana

Como já mencionamos, durante a primeira metade do século XX, a África permaneceu praticamente olvidada da agenda de política externa brasileira. Em linhas gerais, podemos dizer que a América Latina ficou alocada na área de influência dos Estados Unidos, enquanto a África prosseguiu sob a área de influência européia.

Com o surgimento da Política Externa Independente (PEI), durante os Governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64), houve uma ruptura no processo de definição da política externa brasileira, que foi redirecionada e deslocada do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional e passou a abranger uma agenda Sul-Sul. Cristalizou-se a percepção de que a presença hegemônica dos Estados Unidos impunha constrangimentos e que a saída seria a universalização da política externa, isto é, a multiplicação de contatos internacionais de forma a ampliar o peso do Brasil e suas possibilidades de barganha no cenário internacional e, assim, diminuir as possibilidades de pressão hegemônica.⁶

Ali nasce a consciência de que os países da América Latina, África e Ásia compartilhavam de certas condições básicas, como o subdesenvolvimento, as deficiências internas, os desequilíbrios econômicos e sociais e que as suas relações não deveriam ser intermediadas pelas grandes potências. Era preciso se unir contra um sistema internacional injusto.

5 SARAIVA, Jose Flavio Sombra. Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

6 PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Entretanto, esse novo posicionamento de política externa brasileira esbarrava em uma contradição. O País continuava a apoiar ostensivamente os interesses portugueses no processo de descolonização africano, o que cada vez mais se tornou um entrave ao estreitamento das relações com as nações africanas.

Um dos desdobramentos negativos para o Brasil dessa aliança com Portugal foi o posicionamento na ONU dos países africanos de forma favorável à Argentina, e em oposição ao Brasil, na questão do aproveitamento dos recursos hidrelétricos na bacia do Prata.

De acordo com Henrique Altemani de Oliveira, esses embaraços políticos sofridos nos organismos internacionais e a ameaça de boicote por parte dos países árabes exportadores de petróleo contra a África do Sul, Portugal e aos países que os apoiavam, incluindo o Brasil, levou o governo brasileiro a pressionar Portugal a alterar sua política em relação aos territórios africanos.

A posição brasileira em relação a Angola começou a se modificar no início da década de 70. Nos dizeres de Sombra Saraiva:

“O momento culminante foi o reconhecimento informal da independência de Angola ainda em março de 1975, antes da sua formalização em novembro do mesmo ano. A diplomacia desempenhou papel singular nesta mudança de rumo ao apressar o processo decisório no caso da independência de Angola, antes mesmo de outros setores do governo compreenderem a necessidade de redefinição nas relações do Brasil com Angola. Era o início de uma relação privilegiada que persiste até os dias atuais.”⁷

Durante o Governo Médici, Gibson Barboza, um diplomata de carreira, foi apontado para o Ministério das Relações Exteriores. Ele seria responsável por efetuar a ruptura com o tradicional alinhamento a Portugal no caso das colônias africanas, pois acreditava que o Brasil deveria ter liberdade para tomar suas próprias decisões em relação à África, principalmente no que diz respeito à questão angolana, senão poderia ver seus interesses naquele continente prejudicados, como demonstra a seguinte passagem:

“Durante a visita a Nigéria, Barboza recebeu pressão direta do Chefe de Estado nigeriano, General Gowon, e do seu Ministro das Relações Exteriores, Okoi Arikpo. O comunicado conjunto assinado pelos dois países em 18 de novembro de 1972 não fez qualquer referência ao assunto, como seria de se esperar em um documento do gênero. Entretanto, ao contrário de todos os outros comunicados

⁷ SARAIVA, Jose Flavio Sombra. Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

conjuntos assinados na viagem de Gibson Barboza, não houve menção ao conceito de autodeterminação dos povos, já que a Nigéria não aquiescia à ambigüidade brasileira para o caso da África Portuguesa... Sabe-se que o Acordo Comercial de 1972 só foi assinado entre Gibson Barboza e o Ministro Arikpo depois da explicitação brasileira de apoio à independência de Angola. Em janeiro de 1974, ao visitar o Brasil, Arikpo chegou a dizer que o petróleo só estaria disponível para os “amigos da liberdade no continente africano” e para aqueles que apoiassem a autodeterminação de todos os povos do seu continente.”⁸

Gibson Barboza retorna de sua visita à África com seus pontos de vista ainda mais fortalecidos e com a certeza de que uma maior presença do Brasil na África, sem influências portuguesas, se fazia necessária. Iniciou-se então no próprio governo Médici o desenvolvimento de uma política de mediação e de convencimento junto a Portugal para que houvesse uma mudança de posição por parte deste em relação a Angola.

Em 16 de julho de 1974, com Azeredo da Silveira como Ministro das Relações Exteriores, o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau. Em novembro do mesmo ano, o mesmo Ministro se pronunciou a favor da independência angolana e afirmou que o Brasil estaria preparado para ajudar economicamente o novo Estado angolano.

Dando continuidade a este posicionamento, em março de 1975, o Governo brasileiro estabeleceu relações diplomáticas com Angola, tendo sido o primeiro país a fazê-lo. Mesmo antes da independência formal angolana, o Brasil enviou uma representação do Itamaraty para Luanda. Em maio do mesmo ano, alimentos começaram a ser mandados para o país. Mais recentemente foi descoberto que o Brasil apoiou secretamente o MPLA nessa época e que, inclusive, teria enviado armas para Agostinho Neto e o MPLA na sua luta contra a FNLA e a UNITA.⁹

Dessa forma, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola sob a liderança do MPLA, em 11 de novembro de 1975. No entanto, essa posição não foi unânime no Conselho de Segurança Nacional e o principal motivo para essa discordância foi o fato de Angola estar sob os auspícios de um Governo comunista. Em um mundo que vivia sob a lógica da Guerra Fria era de se esperar que o Governo norte-americano, de alguma forma, pressionasse o Estado brasileiro. E foi o que de fato aconteceu.¹⁰

⁸ SARAIVA, Jose Flavio Sombra. Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁹ SARAIVA, Jose Flavio Sombra. Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

4. Relações Brasil-Angola nos dias de hoje

Todo esse processo de envolvimento brasileiro nas questões relativas à independência angolana estreitou enormemente as relações entre os dois países. As relações comerciais, entretanto, só vieram a crescer após 1981, quando houve uma maior estabilidade política em Angola. O petróleo, é claro, desempenhou papel fundamental nas trocas comerciais. O Presidente Agostinho Neto autorizou a presença da Petrobrás e sua atuação na exploração do petróleo daquele país.

Ademais de estreitar o relacionamento entre Brasil e Angola, a postura brasileira de reconhecimento da independência angolana fortaleceu a imagem do Brasil no sistema internacional, principalmente entre os países do Terceiro Mundo, que demonstraram maior receptividade às propostas mercantis brasileiras.

O fato é que o até os dias de hoje o Brasil tem sido um dos principais parceiros de Angola, tendo atuado nas mais diversas áreas. Seja na intermediação de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e aquele país ou no desmonte de minas terrestres em solo angolano, efetuado pela engenharia do Exército brasileiro.

O Presidente brasileiro em exercício atualmente, Luis Inácio Lula da Silva, não se mostra indiferente à importância das relações comerciais com esse antigo amigo. Esforços têm sido feitos no sentido de aumentar as trocas mercantis entre os dois países. Em novembro de 2003, uma comitiva presidencial brasileira, formada por mais de cem empresários brasileiros desembarcou em Angola.¹¹

Em discurso feito em Luanda durante sua visita ao país, o Presidente Lula prometeu ajuda econômica, pediu o apoio dos organismos internacionais, criticou o protecionismo dos países desenvolvidos e prometeu reduzir os impostos de importação para produtos angolanos.

Em troca, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, apoiou a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e pediu crédito e ampliação da ajuda para combater a Aids.

Lula anunciou ainda o aumento da linha de crédito do BNDES para investimentos em infra-estrutura, para reconstruir o país destruído pela guerra. O objetivo é facilitar o estabelecimento de empresas brasileiras no país.

¹⁰ SARAIVA, Jose Flavio Sombra. Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

O presidente também prometeu abrir o mercado brasileiro a produtos angolanos e conceder preferências aos produtos angolanos, aproveitando um mecanismo da Organização Mundial do Comércio (OMC) que permite reduzir tarifas de importação para países em desenvolvimento.¹²

5. Conclusão

A História nos mostra que as relações entre Brasil e Angola datam do século XVI e permanecem até os dias atuais. Ao longo dos anos esse relacionamento foi se modificando, muitas vezes se dando de forma mais intensa e em outros momentos prevalecendo um certo afastamento.

No início das relações entre os dois países o fator fundamental era o comércio escravista, que movimentou grandes somas de divisas e foi fortemente responsável por determinar a construção de nossa cultura brasileira, transformando-nos no segundo país do mundo em população negra.

Com o fim da escravidão, Brasil e Angola viveram um período de afastamento que só foi alterado com o início dos movimentos de independência angolanos. Durante esse período, grandes nomes da Diplomacia brasileira, tais como Gibson Barboza e Azeredo da Silveira, se mostraram preponderantes na defesa da importância do restabelecimento de relações mais próximas com o continente africano, e com Angola em especial, e trabalharam no sentido de romper com o tradicional alinhamento a Portugal no caso das colônias africanas.

Essa mudança de posição levou o Brasil a ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, o que foi um fator determinante para as relações exteriores brasileiras. A decisão brasileira não só aproximou enormemente os dois países como modificou e fortaleceu a imagem do Brasil no exterior, principalmente entre os países ditos periféricos.

Por último, demonstramos que o relacionamento Brasil-Angola permanece fortalecido nos dias de hoje e que iniciativas têm sido tomadas pelo Governo brasileiro com o objetivo de aumentar ainda mais as trocas comerciais entre ambos os países.

¹¹ “*Jornais em Angola destacam “caráter comercial” da visita de Lula* . 03 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031103_pressreviewaw.shtml

¹² *Governo de Angola promete apoiar Brasil na ONU* . 03 de novembro de 2003. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031103_angolaebc.shtml

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Marcelo. **Da traficância à independência angolana**. Disponível em: <<http://www2.ceris.org.br/piba/>>. Acesso em: 24 set. 2007.

BACOCINA, Denize. Governo de Angola promete apoiar Brasil na ONU. **BBC Brasil**, Londres, 03 nov. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031103_angolaebc.shtml>. Acesso em: 28 out. 2008.

JORNAIS em Angola destacam “caráter comercial” da visita de Lula. **BBC Brasil**, Londres, 03 nov. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031103_pressreviewaw.shtml>. Acesso em: 28 out. 2008.

MELO, A. Borges. **A Influência do Brasil em Angola**. Rio de Janeiro: Mundinter Empreendimentos, 1992.

PEREIRA, José Maria Nunes. Relações Regionais: o Brasil e a África. In: **História das Relações Internacionais do Brasil**. CEBRI.

_____. **Brasil-África no Governo Figueiredo**: Um Balanço. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/>

PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira**: (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SARAIVA, Jose Flavio Sombra. **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.